

Sebastião Helvecio é eleito Presidente do TCEMG

*Conselheira Adriene Andrade transmitirá o comando
de uma instituição moderna, eficiente e referência
nacional no controle das contas públicas*



80 anos

Em 9 de setembro de 2015, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais completará 80 anos. Uma história marcada pela qualidade dos serviços prestados à sociedade, sempre de forma eficiente e transparente.

TCEMG 80 anos. A história de um novo tempo.



Editorial

Uma pós-graduação dentro do Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais fechou o ano de 2014 com a sensação de “dever cumprido”. A primordial função de controle externo do dinheiro público de origem estadual e municipal foi exercida com eficácia nas decisões exaradas pelos seus conselheiros, tanto da forma colegiada quanto através de atos monocráticos.

Os dados estatísticos da produção da Corte de Contas são levantados e publicados pela Corregedoria. São números impressionantes, adequados à realidade de um Estado de vasto território, com população já grande e sempre crescente, um número recorde de municípios e uma economia internacionalmente respeitada.

2014 foi também um ano de elevado investimento na atuação preventiva sobre a gestão das contas públicas em Minas Gerais. Por decisão da Presidente Adriene Andrade, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo elaborou e realizou cursos, palestras, simpósios, conferências e outras reuniões de cunho pedagógico, destinadas a capacitar técnicos e gestores responsáveis por dinheiro público.

No âmbito da própria Escola de Contas, o destaque foi para a realização de seu primeiro curso de nível de pós-graduação com autonomia total, sem a coparticipação de uma entidade regular de ensino universitário – nos anos anteriores dependia da chancela da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Essa autonomia foi autorizada e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação em 2012.

Em dezembro de 2014 a Escola diplomou sua primeira turma dentro do novo formato autônomo. Foram formados 130 especialistas em Direito Público Aplicado ao Controle Externo e Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia, que tiveram os certificados registrados pela própria Escola do Tribunal.

A ênfase na prática pedagógica é a concretização de um importante objetivo da atual administração do Tribunal de Contas: reduzir os gastos públicos causados por erros, por desconhecimento de leis, por deficiência contábil ou por quaisquer outros fatores que possam ser minorados por uma difusão eficiente de conhecimentos.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheira Adriene Barbosa de Faria Andrade

Vice-Presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Corregedor

Conselheiro Wanderley Geraldo de Ávila

Conselheiros

Cláudio Couto Terrão

Mauri José Torres Duarte (Ouvidor)

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

Subprocuradora-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte

Marcílio Barenco Correa de Mello

Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete da Presidência

Bernadete Carvalho Soares de Aguiar

Diretora Geral

Júnia Bretas Leôncio Gonçalves

Expediente



Diretoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor

Lúcio Braga Guimarães

Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável

Luiz Cláudio Diniz Mendes

Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação

Márcio de Ávila Rodrigues

Raquel Campolina Moraes

João Manuel Lopes de Cerqueira

Thiago Rios Gomes

Karina Camargos Coutinho

Revisão

Dionne Emília Simões do Lago Gonçalves

Projeto Gráfico

Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação

Márcio Wander Moura Ferreira

MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos

Arquivo TCEMG

Impressão

Rona Editora

Tiragem

4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435

Luxemburgo - Belo Horizonte/MG

Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253

e-mail: tcemg@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

- 6 *Desembargador do TJMG faz homenagem à Presidente Adriene Andrade*
- 8 *Escola entrega primeiros certificados do programa autônomo de Pós-Graduação*
- 10 *Colar do Mérito José Maria de Alkmim homenageia 54 personalidades*
- 12 *Novo plano estratégico é aprovado*
- 13 *Instituto Rui Barbosa tem novo portal na internet - TCE participa do XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário*
- 14 *Ministro do TCU faz aula inaugural do primeiro curso de pós-graduação à distância do TCEMG*
- 15 *Seminário discute contratação pública para transporte coletivo - Seminário debate "Tópicos em Direito Tributário aplicado à Administração Pública"*
- 16 *Palestra do Professor Sacha Calmon abre Seminário de Tributação sobre o Consumo - TCE veste azul pela prevenção do câncer de próstata*
- 17 *Tribunal dá aula de auditoria operacional a futuros gestores do Estado*
- 18 **Notícias do Pleno**
 - Processo eletrônico de consultas é iniciado
 - Pleno nega recurso e mantém multa de prefeito
- 19 *Parecer do TCEMG resulta em redução de R\$ 60 bi na dívida de Minas com a União - Tribunal aplica multas que somam R\$ 86 mil por envio de relatórios fora do prazo*
- 20 **Panorama - Decisões das Câmaras**
 - Concorrência para manutenção de área verde é suspensa preventivamente
 - Tribunal suspende pregão presencial para aquisição de caminhão
 - Primeira Câmara suspende concurso público
 - Tribunal determina devolução de R\$15 mil e multa presidente de associação
- 22 **Programa Ponto de Expressão**
 - Especialistas debatem proposta do governo para reformar o setor da mineração
- 23 *Tribunal Pleno manifesta pesar pela morte de Conselheiro Carone*
- 24 *Gestão da Conselheira Adriene Andrade é elogiada em sessão que elegeu novo presidente*
- 26 **Extrapauta**
 - Conselheira Adriene Andrade recebe Colar do Mérito Judiciário Militar
 - Conselheiros participam da Assembleia Geral da Olacefs no Peru

Desembargador do TJMG faz homenagem à Presidente Adriene Andrade

O Desembargador Jair José Varão Pinto Júnior enviou à Presidente Adriene Andrade uma mensagem de agradecimento pela indicação para receber o Colar do Mérito da Corte de Contas José Maria de Alkmin. O magistrado destacou que a Conselheira conduz “com serenidade e segurança essa nau destinada a trazer transparência e correção matemática ao povo mineiro”. Leia a íntegra da mensagem do Desembargador.



FOTO: RENATA CALDEIRA

Exma. Sra. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
Dra. Adriene Barbosa de Faria Andrade.

Minas Gerais.
Creio que adormeci
Pois, como nos sonhos de minha infância, estou em Minas.
Minas Gerais é como uma bela mulher;
Só mostra seus segredos a quem a ama.
Ocultos nos vales e montanhas de Minas,
Encobertos pelo verde, as águas fluem generosas.
O ouro em contraste com as pedras preciosas,
Pedacos de tantas cores...
E Minas presenteia seus amores delicadamente.
Nas fartas mesas como nunca se viu,
Na força do ferro, no progresso de seu povo gentil.
Na tradição de sua dignidade.
Na história que deixa sempre saudade.
No amanhã seguro de esperança e fé.
Nas indústrias, no comércio das cidades.
No campo do milho, do leite e café.
Minas é mais! Minas é demais.
Minas Gerais!
Minas é calma; E ferve!
É solene; E simples!
Minas é Bela;
Acanhada, enfeitada, discreta.
Feiticeira e enfeitada; Quieta!
Conspirante, transpirante.
Minas é Justa!
Dedicada à paz, mas sempre disposta à luta.
Inconfidente, misteriosa, gostosa.
Por amor, eterna amante.
Moça prosa, prendada, companheira.
Tão amada parceira.
Sempre, sempre faceira.
Que besteira...
Minas é inteira.

Hoje é um dia de festa.

No início do mês natalício estamos aqui em uma confraternização que, antes de mais nada, abrange todas as nossas famílias. Pude perceber isso nas lágrimas que tomaram os olhos de minha mãe, já idosa, quando lhe dei a notícia de que receberia a mais alta comenda do Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais. Posso perceber isso na expressão de minha esposa, de minha filha, das pessoas que amo aqui na plateia. Estão felizes, orgulhosas, valorizadas e eu apenas e principalmente posso lhe dizer, obrigado.

Dizia Napoleão repetindo Caio Júlio Cesar que para se fazer um homem esquecer de suas fragilidades físicas e temporais basta lhe dar um foco. O maior de todos os focos é a família. Nos ginásios por onde o Exército Romano passava havia uma frase que se repetia. “Sou guerreiro, mas meu filho será fazendeiro e meu neto será filósofo”. Todos nós lutamos para transferir conforto e cultura àqueles que amamos e é enorme o conforto da distinção que hora todos aqui recebemos.

Em tempo de tanto estímulo à degradação dos sentimentos mais atávicos e especiais do ser humano, quando o quadro político e institucional

O Desembargador Jair José Varão Pinto Júnior enalteceu o trabalho da Conselheira Adriene Andrade na Presidência do Tribunal de Contas

O Conselheiro Mauri Torres entregou, no dia 2 de dezembro, o Colar do Mérito da Corte de Contas José Maria de Alkmin ao Desembargador Jair Varão



conhece questionamentos vigorosos e os aventureiros de plantão se entregam às teses mais desproporcionais, maior deve ser a atenção e o cuidado com o exercício do poder dentro da atividade pública. É tempo de cautela e observação. De mente limpa e espírito desarmado. Tempo de ouvir e aprender.

Senhora Presidente. Sou um homem com enormes limitações e é exatamente por isso que tenho o hábito de ouvir, prestar atenção e anotar. Há exatamente um ano, nesta sala assisti suas colocações brilhantes a respeito do termo “elogio”. Um de meus mais estimados mestres me ensinou que não existe maior elogio do que aquele silencioso, onde o reconhecimento é natural, sem estardalhaços, mas, apenas e simplesmente sincero.

Todo corpo se curva mediante a força, mas, apenas se ajoelha o espírito mediante a razão e não estaria aqui, um ano após, lhe agradecendo a alegria e honra com a qual cobriu todas as famílias destes que hoje são condecorados se não houvesse V. Exa. vencido a maior das batalhas. A batalha da razão. De, mineiramente, com humildade, discrição e elegância ter implementado à Artéria das Contas de nosso Estado transparência, eficiência e principalmente credibilidade em um novo momento. Um momento de segurança serena. Aquela, que tanto incomoda aos arautos do caos, mas que gera a estrada segura onde transitam as instituições de nossa casa.

Em outro momento de meu passado tive a oportunidade de ouvir de seu marido, o Senador Clésio Andrade, juntamente com o Conselheiro José Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, uma lição onde, dizia ele, que a cultura está expressa nos jargões de cada povo.

Dizia o Senador que o “UAI” do mineiro, diferentemente do “tchê” do gaúcho ou de outros tiques regionais, traz toda a cautela e perplexidade cautelosa que antecede a cada passo de nosso povo. Serenamente Vossa Excelência singrou pelos mares repletos de dificuldades para cumprir o mister a que se propôs com cautela contemplativa o que lhe está lhe rendendo uma administração segura e inquestionável, coroada de êxitos. E fato! Vossa Excelência conduz com serenidade e segurança essa nau destinada a trazer transparência e correção matemática ao povo mineiro.

E que viagem! As pessoas pensam erroneamente que julgar é fácil. Pois digo que sabemos não ser! Não raro uma decisão tem o condão de destruir vidas. Alterar destinos, sonhos, sepultar em vida a homens públicos. Um simples questionamento já traz enorme constrangimento e se protraí no tempo como um tumor cuja malignidade vai tomando todo organismo até matar a fé, a esperança, a autoestima, destruindo as fibras mais íntimas do indivíduo e, não raro, de toda uma sociedade. Digo que as mesmas pessoas que alardeiam uma famigerada cleptocracia que teria contagiado a gestores públicos, se esquecem de que a maioria do povo brasileiro rega com o suor de seu trabalho o verde de nossa terra fértil. Não se pode julgar o todo pela exceção.

Se é certo que o homem ganhou possibilidades que o diferenciam dos outros animais, também é da mesma forma certo que conseguiu distorcer tais possibilidades. Alguém disse que o ser humano é o único animal que pode saborear o prazer de uma boa conversa. Pois bem, dela retirou a intriga e a fofoca. Disse o mesmo que o ser humano é o único animal capaz de progredir, do progresso extraiu a inveja e a ganancia. O homem é capaz de amar, mas do amor retirou o ódio e o desprezo. Sem dúvida alguma o exercício cognitivo declaratório de nossas atividades há de se guiar com a cautela mineira a fim de respeitar o indivíduo e, dessa forma seu coletivo que é a própria sociedade.

Neste sentido urge que se preste atenção a princípios constitucionais que andam esquecidos por correntes mais afoitas da mídia e por alguns justiceiros de plantão como o da presunção de inocência, o princípio da dignidade humana, e tantos outros.

Lamentavelmente do outro lado da mesma corda, seguidas às condenações surgem os apologistas dos falsos direitos humanos, em uma lei de Execução de Penas flácida e desmoralizada pelo próprio sistema que

coloca como justiceiro a quem cabe ser imparcial e, como heróis a marginais já condenados que acabam recebendo a condição de exercer vida social exatamente dentro do contexto onde delinquiram. Ora, é como entregar uma garrafa de cachaça a um alcoólatra! Ou uma arma a um assassino, ou uma criança a um pedófilo. Só que esta criança no caso é nossa sociedade que passa a ter um futuro marcado por traumas de difícil cura.

Este miasma que espalha mau cheiro e pestilência a céu aberto nos traz consequências como estamos assistindo agora, não apenas devido aos rombos financeiros e morais, mas principalmente devido à falta de fé e até interesse que a população vem demonstrando nas apurações. É que vencido o escândalo os envolvidos estarão nas ruas, sentados nos melhores restaurantes e sendo chamados de doutores. É triste mas é real e estamos assistindo esta fita todos os dias.

Resta o mortal desânimo da injustiça acalentado pelo choro dos justos ultrajados. Aquele choro da indignação, da raiva, da revolta. O choro da dor surda e muda, mas sentida e sempre marcada pela cicatriz risonha e corrosiva a lembrar que a humanidade tropeça nos próprios erros desde o início dos tempos e que o homem indivíduo está apenas de passagem necessitando de muito pouco para viver com dignidade.

A nós aplicadores do direito fica uma indagação. Ou você e parte do problema, ou parte da solução ou apenas parte da paisagem.

Mas, problemas envolvendo a aplicação da lei e o ideal de justiça são de solução curativa vez que pela pluralidade de consciências que deve alcançar apenas se incorpora com o passar do tempo capaz de sedimentar posições que se caracterizam pela consciência do bem comum.

Em um estado como Minas Gerais existem quantos hospitais para curar o mal físico? Quantas igrejas e templos dedicados ao mal espiritual? Quantos Tribunais de Contas e de Justiça para verificar e tratar do mal moral, aquele capaz de afetar de forma cruel a toda uma sociedade? Na análise de condutas de gestores, não podemos deixar esquecer que cada caso é um caso, cada comunidade é uma comunidade. E tantas são as realidades dentro deste Estado Nação chamado Minas Gerais. Tudo isso converge como para corpos únicos onde há de ser analisado e visto.

Senhores, não nos é permitido o ato de cruzar os braços meramente, integrando a paisagem cômoda das iniquidades humanas por desânimo, conveniência ou covardia. É necessário compreender o diferente, discernir a verdade e se for o caso punir o errado. Mas para isso é necessário ouvir, discernir, despir o corpo e o espírito e buscar a justiça pura que habita no desejo mais sincero de nossos corações.

Hoje ao vir para cá deparei-me com uma citação de Carlos Bragantim onde ele diz que “

o que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos. Sem que digam: “Se eu fosse você”. A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito. A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina. Não aprendi isso nos livros. Aprendi prestando atenção”. Desejo sinceramente que eu e todos nós possamos continuar ouvindo e aprendendo.

Muito Obrigado.
Jair Varão



O Parainfo Henrique de Paula Kleinsorge discursa aos presentes na solenidade

Escola entrega primeiros certificados do programa autônomo de Pós-Graduação

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo realizou, no dia 11 de dezembro, a solenidade de entrega dos certificados de conclusão dos cursos ofertados pelo seu Programa de Pós-Graduação em 2014. Esses foram os primeiros certificados expedidos pela Escola de Contas, desde que ela foi credenciada, em 2012, pelo Conselho Estadual de Educação e autorizada a oferecer seus cursos de forma autônoma.

Dirigida pela Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Conselheira Adriene Andrade, a comemoração reconheceu o mérito dos alunos aprovados no curso de Especialização em Gestão Pública e nos cursos de aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo e Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia. Também ocuparam a mesa de honra a Procuradora do Ministério Público junto ao TCEMG, Maria Cecília Borges; a Diretora da Escola de Contas, Natália Araújo; o paraninfo das turmas, Professor Henrique de Paula Kleinsorge; e o Consultor e Assessor Educacional para a Escola de Contas, Professor Emerson Luiz de Castro.

A Presidente Adriene Andrade, em seu pronunciamento, afirmou que naquele momento se concretizava um sonho coletivo. "Muitos sonharam juntos com isso, antes de nós", disse a Conselheira. Ela lembrou a gestão do Conselheiro Moura e Castro, quando a primeira turma da pós-graduação formou-se, em 1995, por um convênio com instituição credenciada no MEC. A

Presidente atribuiu ao então Conselheiro Antônio Andrada – atual Prefeito de Barbacena – e ao Conselheiro Decano Wanderley Ávila os esforços junto ao Conselho Estadual de Educação para obter o credenciamento da Escola de Contas. "Os sonhos continuam. Nosso programa de Educação à Distância já é uma realidade", completou. "Vocês marcam de forma única essa trajetória de luta e sonhos", disse a Conselheira aos formandos.

Em seu discurso, o orador das turmas, o aluno Wagner Roberto Barbosa, perguntou aos presentes como será o amanhã. "É certo que a sociedade espera alguma coisa de cada um de nós, devemos retribuir por meio de uma atuação profissional eficiente, honrando a profissão de servidor público", respondeu o orador. Barbosa aproveitou o momento para agradecer a Deus, aos pais, demais familiares, e aos gestores e professores da Escola. "Somos vencedores, mostramos que com coragem, disciplina e criatividade é possível alcançar os objetivos", elogiou.

O paraninfo, Professor Henrique de Paula Kleinsorge, falou de algumas "inquietações como servidor público" que tem experimentado. Ele lembrou os recentes escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato da Polícia Federal e de formação de cartéis para fraudar licitações do Metrô de São Paulo. "É um momento histórico, graças ao trabalho de servidores públicos essas investigações poderão finalmente acarretar a



"A sociedade espera alguma coisa de cada um de nós".
Orador Wagner Barbosa

punição dos envolvidos. Entretanto, infelizmente vimos que essas irregularidades só foram concretizadas graças ao envolvimento de outros servidores nas práticas ilegais", ponderou Kleinsorge. Dirigindo-se aos seus alunos, o professor recorreu ao filósofo germânico do Séc. XVIII, Immanuel Kant, para quem, segundo ele, o valor moral não reside nas consequências de um ato, mas na sua intenção. "Eu acredito que o serviço público exige uma vocação. Acredito em pessoas incorruptíveis, num serviço público ao mesmo tempo valorizado e que atenda à sociedade. Para isso, os pequenos gestos fazem a diferença", concluiu.

"Muitos sonharam juntos com isso, antes de nós".
Presidente Adriene Andrade



Durante a cerimônia, o mérito individual de diversas personalidades foi lembrado com a entrega de placas comemorativas. A Presidente Adriene Andrade homenageou a aluna Cássia Denise Morelli com o título de mérito acadêmico, por ter sido a aluna com melhor aproveitamento. Homenageou também o Consultor da Escola, Emerson Luiz de Castro. Já os alunos, homenagearam a Conselheira Presidente; a Diretora Natália Araújo; a Coordenadora de Capacitação, Cristina Maria Montenegro de Menezes; o Professor Evandro Guerra; a Professora Luciana Custódio; e o Professor Marcelo Barroso.



Os pós-graduandos da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo participaram da solenidade de entrega de certificados, realizada no Auditório Vivaldi Moreira

Colar do Mérito José Maria de Alkmim homenageia 54 personalidades



A Presidente Adriene Andrade conduziu a cerimônia

“Os seres humanos precisam ser reconhecidos para uma construção social harmônica e, por isso, a necessidade desta medalha”, discursou a Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheira Adriene Andrade, durante a cerimônia de entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim 2014, realizada no dia 2 de dezembro, no Auditório Vivaldi Moreira, sede do TCEMG. Ao todo, foram condecoradas 54 personalidades mineiras. A Conselheira enfatizou que os agraciados escolhidos “são homens e mulheres de luta, que fazem a diferença. Se eternizaram, porque construíram história”.

Falando em nome dos homenageados, o Reitor do Grupo Educacional Centro Universitário do Sul de Minas (Unis), Stéfano Barra Gazolla, disse que é positivo o fato de profissionais de diversas áreas serem agraciados na cerimônia. “Uma sociedade não se constitui por um só segmento”, frisou. O orador também ressaltou a importância do Tribunal de Contas para a sociedade: “no Estado democrático em que vivemos é vital o controle das contas públicas”.

Na cerimônia, foi assinado um termo de cooperação entre o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça, com o objetivo

de trocar conhecimentos sobre matérias relacionadas às instituições, por meio de cooperação técnica e especializada. O documento foi assinado pela Presidente Adriene Andrade (TCEMG) e pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes.

O Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Helvecio; o Conselheiro Corregedor, Wanderley Ávila; o Conselheiro Ouvidor, José Mauri Torres Duarte; o Conselheiro José Alves Viana e o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão condecoraram os agraciados, juntamente com a Presidente Adriene Andrade. Os procuradores do Ministério Público junto ao TCEMG também estavam presentes na cerimônia.

O Colar do Mérito é conferido anualmente a personalidades que prestaram relevantes serviços ao País, a Minas Gerais e ao Sistema Tribunais de Contas.

Instituída em 1995, a comenda homenageia o bocaiuvense José Maria de Alkimin (1901-1974), primeiro presidente da Corte de Contas (1935), ao lado de Álvaro Baptista de Oliveira e Mário Gonçalves de Mattos. Na sua extensa e rica biografia, Alkimin foi também Ministro da Fazenda (1956-1958) e Vice-Presidente do Brasil (1964-1967).



O Reitor do grupo educacional Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS), Stéfano Barra Gazolla, falou em nome dos agraciados

A Presidente Adriene Andrade (TCEMG) e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes assinaram termo de cooperação técnica



Conselheiro Sebastião Helvecio entrega o Colar do Mérito ao Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Antônio Sérvulo dos Santos



O Promotor de Justiça, Fabiano Ferreira Furlan, recebe a distinção do Conselheiro Mauri Torres



O Conselheiro José Alves Viana condecora o Provedor da Santa Casa de Diamantina, Juscelino Brasileiro Roque

Confira a lista dos agraciados com o Colar do Mérito José Maria de Alkmim em 2014

- Adircílio de Moraes Ferreira Júnior - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
- Alencar da Silveira Jr. - Deputado Estadual
- Ana Paula Nannetti Caixeta - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Antônio Armando dos Anjos - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Antonio José de Barros Levenhagen - Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
- Antônio Sérvulo dos Santos - Desembargador Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Áurea Maria Brasil Santos Perez - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Celso Cota Neto - Prefeito do Município de Mariana
- Christiane Neves Procópio Malard - Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais
- Coronel PM Alex de Melo - Chefe de Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais
- Denise Pinho da Costa Val - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Diego Andrade - Deputado Federal
- Edgard Camargo Rodrigues - Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- Fabiano Ferreira Furlan - Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Fernando Caldeira Brant - Desembargador 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Flávio Bosen Gambogi - Presidente da Comissão de Advocacia de Contas da OAB-MG
- Hilda Maria Pôrto de Paula Teixeira da Costa - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Jair José Varão Pinto Júnior - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- João dos Reis Canela - Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros
- João Victor Mendes de Gomes e Mendonça - Diretor de Relações Institucionais do Grupo Educacional Unis - Centro Universitário do Sul de Minas
- José Afrânio Vilela - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- José Antônio Baeta Melo Cançado - Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais e Coordenador do Grupo Especial de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais
- José Henrique Paim - Ministro da Educação
- José Mauro Catta Preta Leal - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- José Reinaldo da Motta - Secretário de Controle Externo em Minas Gerais
- Juscelino Brasileiro Roque - Provedor da Santa Casa de Caridade de Diamantina
- Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Leris Felisberto Braga - Prefeito do Município de Santa Bárbara
- Major BM Tadeu do Espírito Santo - Chefe do Centro de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
- Marcílio Eustáquio Santos - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Marco Antônio Lopes Peixoto - Conselheiro 2º Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente da Associação das Entidades Oficiais Superiores de Controle Público do Mercosul
- Maria Beatriz Madureira Pinheiro Costa Caires - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Maria do Carmo dos Santos - Gerente de Relações Institucionais da Associação Mineira de Municípios
- Maria Jucélia Baesso Procaci - Prefeita do Município de Santana de Cataguases
- Maria Luíza de Marillac Alvarenga Araújo - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Maria Odete Souto Pereira - Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Maria Sueli de Oliveira Pires - Secretária Adjunta de Educação do Estado de Minas Gerais
- Marília Campos - Deputada Estadual Eleita
- Mário Henrique da Silva - Deputado Estadual
- Moacyr Lobato de Campos Filho - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Newton Teixeira Carvalho - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Pedro Carlos Bitencourt Marcondes - Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Reginaldo Lopes - Deputado Federal
- Roberto César de Oliveira Viegas - Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais
- Stéfano Barra Gazolla - Reitor do Grupo Educacional Unis - Centro Universitário do Sul de Minas
- Tenente Coronel Helbert Figueiró de Lourdes - Assessoria Institucional da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
- Tenente Coronel Peterson Rodrigo Brandão Silveira - Chefe da Assessoria Jurídica da Corregedoria de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
- Tenente Coronel José Rocha de Araújo - Comandante do 55º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
- Teresa Cristina da Cunha Peixoto - Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Tiago Gomes de Carvalho Pinto - Advogado e Professor de Direito Tributário
- Ulysses Gomes - Deputado Estadual
- Walter Luiz de Melo - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Wander Paulo Marotta Moreira - Desembargador 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Wanderley Salgado de Paiva - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



O Deputado Estadual Ulysses Gomes recebe o colar do Conselheiro em Exercício Licurgo Mourão



A Secretária Adjunta de Educação, Maria Sueli de Oliveira Pires, é homenageada pelo Conselheiro Wanderley Ávila



A Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, entregou o Colar do Mérito ao Presidente do TST, Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Novo plano estratégico é aprovado



A equipe de formulação foi composta por servidores de diversas áreas do Tribunal de Contas e o plano estratégico foi aprovado pelos conselheiros

Foi aprovado pelo Tribunal, em sessão do dia 10 de dezembro, o Plano Estratégico para o período de 2015 a 2019. O processo de planejamento estratégico, que está completando dez anos de implantação no TCEMG, compreende a implementação de dois planos estratégicos. O primeiro, relativo ao período de 2004 a 2008; e o segundo, de 2010 a 2014. As ações deles permitiram impulsionar o processo de modernização administrativa e de desenvolvimento organizacional alcançados por este Tribunal ao longo desses últimos anos.

A proposta do novo plano estratégico foi elaborada pela Equipe de Formulação Estratégica, designada pela Conselheira Presidente, composta por servidores com conhecimento técnico/gerencial, representantes de diversas unidades do Tribunal (Gabinetes de Conselheiros e de Conselheiros Substitutos, Gabinetes de Procuradores, Assessores, Diretores), e responsáveis por projetos prioritários. As atividades foram conduzidas por consultor da Fundação Dom Cabral, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional. O caráter participativo contribuiu para a legitimidade do processo.

Como foi adotado no instrumento anterior, o novo plano foi elaborado com base na metodologia do Balanced Scorecard, ferramenta de modelagem, mensuração e gerenciamento que apoia os processos de formulação e gestão da estratégia. Essa metodologia permite visualizar, por meio do mapa estratégico, as principais diretrizes que irão direcionar a evolução da organização, possibilitando a comunicação da estratégia institucional de maneira simples e compreensível.

Dentre as atividades preliminares de avaliação do ambiente institucional, destaca-se a realização, pelo consultor, de entrevistas com Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, Assessores e Diretores, para conhecimento da percepção sobre questões que representam os principais desafios a serem enfrentados pela instituição. Foi realizada, ainda, análise dos dados preliminares sobre o contexto de atuação do Tribunal: principais processos, serviços e fontes de recursos, desafios da gestão, planos anteriores e projetos em andamento.

Os trabalhos relativos a essa primeira fase de planejamento

foram desenvolvidos no período de agosto a novembro deste ano e incluíram uma avaliação detalhada do ambiente institucional (interno e externo) que possibilitou a análise dos principais públicos de interesse (Stakeholders), dos fatores relativos aos processos de trabalho e dos recursos e a identificação de ações que poderão permitir à instituição ampliar a sua capacidade de resposta aos principais desafios nos próximos anos.

Com referência ao novo posicionamento estratégico do Tribunal, ocorreu também a revisão da identidade organizacional (missão, visão e valores), a construção dos objetivos e a definição de iniciativas estratégicas para o período 2015-2019.

O novo plano coloca a sociedade como o principal público de interesse, primeira beneficiária dos serviços prestados pelos órgãos públicos, ampliando a realização de ações voltadas para o controle social. Outro aspecto relevante deverá ser a contribuição do Tribunal para a prevenção e o combate à corrupção, e a implementação de ações de controle que possam agregar valor para o aprimoramento da gestão pública e para maior transparência dos atos dos gestores.

No plano dos processos internos, destacam-se, dentre as diversas proposições, a opção pelo fortalecimento da atuação do controle em rede, o aprimoramento dos instrumentos de inteligência, a comunicação institucional e também do planejamento das ações de fiscalização, com ênfase nas auditorias, principalmente a partir de critérios institucionais de seletividade e do benefício do controle.

Pessoas, gestão do conhecimento e gestão da informação são temas que deverão merecer atenção especial por parte do Tribunal.

A partir de fevereiro do próximo ano, serão realizadas, também com apoio de consultoria da Fundação Dom Cabral, as atividades de desdobramento do Plano, que consistirão no detalhamento das iniciativas e na definição de programas, projetos e planos de ação, bem como na definição e validação de indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico que se inicia irá contribuir de forma significativa para a evolução continuada do sistema de gestão do Tribunal e, certamente, para a produção de resultados relevantes em benefício da sociedade.

Instituto Rui Barbosa tem novo portal na internet

O Instituto Rui Barbosa, órgão com finalidade educativa e consultiva voltado para os tribunais de contas do país, lançou em novembro uma nova e modernizada versão do seu portal na internet. Para o Presidente do instituto, Conselheiro Sebastião Helvecio, “a nova plataforma do IRB será uma ferramenta de integração dos 34 tribunais de contas do Brasil”.

O portal pode ser acessado por qualquer computador, smartphone ou tablet sem nenhum agravante para a navegação. Além de acolher a Central de Relacionamento (CR-IRB), implantada há alguns meses, o site ganhará em breve um fórum de discussão para debates e troca de informações e documentos, facilitando o contato e otimizando o tempo de trabalho. Além disso, o novo espaço virtual do IRB terá ferramentas de compartilhamento via e-mail e redes sociais de notícias ou artigos.

Como parte atuante na reformulação dessa plataforma, a Diretora de Tecnologia da Informação do TCEMG, Cristiana Siqueira, analisou a importância do portal do IRB para os associados e cidadãos: “o novo portal do Instituto Rui Barbosa poderá ser utilizado como infraestrutura para gestão do conhecimento, disponibilizando informações estratégicas que favorecem novos aprendizados para novos modelos de políticas públicas”.

Cristiana enfatizou, ainda, que essa gestão do conhecimento é um conjunto de processos apoiados por ferramentas de Tecnologia da Informação com a finalidade de capturar, organizar,



armazenar, proteger e compartilhar o conhecimento das pessoas. “As novas ferramentas que o novo portal disponibiliza (Central de Relacionamento – CR-IRB e o fórum de discussão) acompanham características de gestão de documentos, controle de agenda, atendimento por demanda, portal de notícias, eventos e publicações”, concluiu.

O site do Instituto Rui Barbosa pode ser acessado através do endereço <http://irbcontas.org.br/site/>

TCE participa do XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo sediou, em 05 de novembro, uma reunião extraordinária da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A reunião fez parte do XVIII Congresso Internacional de Direito Tributário e teve como tema central “Concorrência, globalização e governança tributária.”

O Congresso foi promovido pela Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), entidade que tem como objetivo primordial congrega expoentes do Direito Tributário do Brasil e do exterior, e neste ano reuniu mais de 50 especialistas de todos os segmentos (Academia, Judiciário, Advocacia Pública e Privada e ministros de tribunais superiores), com um público de cerca de 500 participantes.



Ministro do TCU faz aula inaugural do primeiro curso de pós-graduação à distância do TCEMG

O Ministro Substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcos Bemquerer, proferiu aula inaugural no dia 3/11 do primeiro curso de pós-graduação à distância da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo no Auditório Vivaldi Moreira, na sede do TCEMG. A aula foi sobre o tema "Gestão pública e controle com foco em resultados".

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheira Adriene Andrade, cumprimentou todos os presentes e explicou como foi a seleção dos candidatos. "Nós escolhemos primeiramente os municípios com mais dificuldade financeira", frisou. Foram oferecidas 500 vagas para servidores de todo o Estado e o Tribunal recebeu mais de o dobro de inscritos.



Com o auditório lotado, o Ministro Marcos Bemquerer falou sobre gestão pública e, ao final de sua palestra, fez uma sessão de autógrafos

O Ministro Substituto do TCU, Marcos Bemquerer, parabenizou os alunos pela iniciativa de fazerem o curso e falou sobre os temas "Foco e controle no TCU", "Controle externo da atividade estatal", "Processo decisório no controle", "Governança" e "Auditorias".

O Governador eleito do Estado de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel, compareceu ao evento e elogiou a realização do curso de pós-graduação do Tribunal de Contas. "Esta é uma iniciativa importante. São cerca de 300 municípios recebendo estes ensinamentos e celebrando a pujança das nossas instituições".

No final da palestra, o Ministro Marcos Bemquerer fez sessão de autógrafos do livro de sua autoria "Regime jurídico das empresas estatais após a Emenda Constitucional nº 19/1998", no Salão Mestre de Piranga.

O curso de pós-graduação *lato sensu* – "Especialização em gestão pública e Controle com foco em resultados" foi planejado para promover a educação profissional e continuada dos servidores e dos jurisdicionados, órgãos e entidades sob a jurisdição do TCEMG. Segundo os organizadores, representa um espaço permanente para a discussão e proposição de práticas que visem ao alcance dos objetivos institucionais.



Seminário discute contratação pública para transporte coletivo

O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) realizou, de 28 a 30 de outubro, a segunda etapa do Seminário Transportes Coletivos, com o tema "Contratação do transporte coletivo". O evento fez parte do curso de Aperfeiçoamento em Obras e Serviços de Engenharia e também foi destinado aos alunos do Curso de Pós-Graduação do TCEMG e servidores públicos em geral. "O serviço de transporte público urbano de passageiros é considerado um serviço essencial para a população, cuja titularidade e competência da gestão são do Poder Público. Por essa razão, a Es-



Aiko Ikemura: "O serviço de transporte público urbano de passageiros é considerado um serviço essencial para a população"

cola de Contas promoveu o seminário para os servidores públicos em geral. Os palestrantes, de entidades de ensino como UFMG, PUC Minas e Cefet-MG; trataram principalmente sobre questões relacionadas ao planejamento de transporte público", explicou a Coordenadora de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas do TCEMG, Maria Aparecida Aiko Ikemura.

Durante o evento, os participantes discutiram a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituída pela Lei 12.587/12, que estabeleceu prazo aos municípios com mais de 20 mil habitantes, até abril de 2015, para desenvolverem seus planos de mobilidade urbana. A ausência deste documento de planejamento poderá impedir o repasse de recursos federais destinados ao transporte. "É um enorme desafio para muitos que ainda não têm o plano de mobilidade urbana. E para o Tribunal é um debate valioso, pois as licitações de transporte, a partir do ano que vem, devem estar abrigadas nas normas de regência da mobilidade constantes desses planos", comentaram os organizadores.

O seminário contou com palestras do Diretor Técnico da Localidade Trânsito e Transporte, Paulo Monteiro; do Especialista em Percepção Ambiental e Espaço Urbano, Marcos Fontoura; do Professor da Escola de Engenharia da UFMG, Nilson Nunes; do Professor do Departamento de Engenharia de Transportes da UFMG, Leandro Cardoso; e do Coordenador do Curso Técnico de Transportes e Trânsito do Cefet-MG, Guilherme Leiva.

Seminário debate "Tópicos em Direito Tributário aplicado à Administração Pública"

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) realizou, de 12 a 14 de novembro de 2014, no auditório da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, o seminário *Tópicos em Direito Tributário aplicado à Administração Pública*. O seminário encerrou o módulo *Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo* que integra o curso de pós-graduação da Escola de Contas.

O Vice-Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABDT) e Con-

heiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Valter Lobato, abriu o seminário falando sobre o tema: *Cálculo tributário e bases para incidência de ICMS, IPI, PIS, Cofins e ISS*. A Assessora Técnica e Articulista do Instituto Nacional de Gestão Pública (Ingep), Flaviana Vieira Paim, palestrou sobre *O tratamento dos tributos na composição de planilhas para licitação de serviços contínuos pela Administração Pública – Repartição das Receitas Tributárias*.

No dia 13 de novembro, o Professor Ad-

junto em Direito Financeiro e Finanças Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Paulo Adyr Dias, apresentou o tema *Regimes Tributários com ênfase no Supersimples* e o Presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB, João Paulo Fanucchi, falou sobre *Imposto de Renda e outros tributos retidos na fonte*. No dia 14, a especialista em Regulação do Setor Elétrico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luciana Goulart Ferreira, encerrou o seminário com a palestra *Tributação de empresas públicas*.



O Supersimples foi o tema da palestra do Professor Paulo Adyr Dias



A Assessora do Ingep, Flaviana Paim, abordou a composição de planilhas para licitações



O seminário foi aberto com a palestra do Conselheiro da OAB, Valter Lobato

Palestra do Professor Sacha Calmon abre Seminário de Tributação sobre o Consumo

Foi realizado, no dia 28 de novembro, o Seminário Tributação sobre o Consumo, promovido pela Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) e pelo Instituto Mineiro de Estudos Tributários e Previdenciários (Imetprev). Servidores públicos, advogados e estudantes foram recebidos no auditório da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas (TCEMG), que apoiou o evento.

Os painéis e palestras do seminário foram precedidos pela fala de abertura do Advogado e Professor Sacha Calmon Navarro Coelho, Presidente da ABDF. Antes de explanar propriamente sobre o tema, o professor criticou os modelos de governo que pretendem impor o papel de "justiceiro" ao Estado, como compensação à diferença entre os rendimentos do capital e do trabalho. "Não há fórmula mágica, a não ser trabalhar duramente, se aperfeiçoar e ganhar dinheiro", ensinou.

Sacha Calmon lembrou que todo sistema tributário é baseado em três pilares: arrecadação sobre o consumo, renda e patrimônio. Para o advogado, o sistema brasileiro é "indecente" por tributar excessivamente o consumo de bens e serviços, impedindo ao cidadão de baixa renda a compra de mais itens. "Se eles pudessem consumir mais, teríamos mais produção e, conseqüentemente,

mais emprego e renda, com crescimento da economia. A China igualou aos Estados Unidos no PIB e ambos, líderes mundiais, têm uma tributação mínima sobre o consumo. É por isso que os produtos do Brasil são tão caros quando comparamos aos comprados em Miami ou importados da China", explicou o dirigente da ABDF.

Num eventual cenário de redução dos tributos sobre o consumo, o Professor Sacha Calmon advertiu para o perigo de se tentar o equilíbrio com uma grande alta na tributação sobre a renda e patrimônio. Ele lembrou a experiência recente da França, que causou a retirada de capitais daquele país. Em sua conclusão, o docente lamentou os caminhos do governo do Brasil nos últimos mandatos. "Não se pode dividir a sociedade entre ricos e pobres. Queremos que os pobres se tornem mais ricos e que os ricos se tornem mais solidários. Mas não na base da porretada tributária", disse.

Na abertura, a mesa de trabalhos do seminário contou, ainda, com o Presidente do Imetprev, Alexandre Freitas Costa; o Advogado Tributarista Juselder Cordeiro da Mata; o Conselheiro Titular da Ordem dos Advogados do Brasil Valter de Souza Lobato; e o Coordenador do Curso de Direito da PUC Minas - Unidade Barreiro, Flávio Couto Bernardes.



Sacha Calmon criticou os modelos de governo que pretendem impor o papel de "justiceiro" ao Estado

A mesa de trabalhos do seminário contou, ainda, com o Presidente do Imetprev, Alexandre Freitas Costa; o Advogado Tributarista Juselder Cordeiro da Mata; o Conselheiro Titular da Ordem dos Advogados do Brasil Valter de Souza Lobato; e o Coordenador do Curso de Direito da PUC Minas - Unidade Barreiro, Flávio Couto Bernardes



Tribunal dá aula de auditoria operacional a futuros gestores do Estado

Servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) apresentaram, no dia 27 de novembro, o trabalho de auditorias públicas, que é desenvolvido pela instituição, a uma turma de estudantes do curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro (FJP). Vinte alunos da Professora Luciana Raso, que também é funcionária de carreira do Tribunal, acompanharam palestras preparadas pela Diretoria de Matérias Especiais (DME) do TCEMG e pela Coordenadoria de Auditoria Operacional (Caop), com informações gerais sobre a Corte de Contas e específicas sobre a modalidade de fiscalização conhecida como auditoria operacional.

A atividade foi aberta pela Diretora da DME, Patrícia Silva Cortez, que deu boas-vindas aos acadêmicos da Fundação. Dirigindo-se aos alunos, Patrícia ressaltou a importância de se esclarecer sobre as auditorias operacionais e divulgá-las, já que o controle social depende dessa publicidade para ser exercido. Logo em seguida, a Professora Luciana Raso falou à equipe do Tribunal sobre a importância daquele momento de interação entre o TCEMG e a FJP. "Meus alunos serão formadores de políticas públicas; e, amanhã, os técnicos do Tribunal de Contas estarão em suas portas para fazer o monitoramento dessas políticas", lembrou a professora.



Ryan Brwnner Lima Pereira, da Caop; Patrícia Silva Cortez Diretora de Matérias Especiais; e a Professora Luciana Raso, da FJP

Ressaltando a necessidade desses eventos, o Oficial de Controle Externo Ryan Brwnner Lima Pereira, da Caop, definiu a auditoria operacional como um trabalho de parceria, no qual há intensa troca de informações. "Os gestores públicos nos relatam suas dificuldades e recebem orientações do Tribunal", detalhou.

Segundo o Analista de Controle Externo Marcelo Trivelato, também da Caop, o evento é realizado todos os semestres com o objetivo de promover a interação entre os técnicos do TCEMG e os alunos da FJP, demonstrando de forma prática as auditorias operacionais realizadas. "Esses alunos serão os futuros administradores públicos do Estado, eles terão a oportunidade, no exercício de suas futuras atribuições, de resgatar o conteúdo que discutimos aqui", justificou Trivelato.

TCE veste azul pela prevenção do câncer de próstata

As fachadas dos edifícios do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) ficaram iluminadas com a cor azul durante o mês de novembro. É o símbolo da adesão da instituição ao movimento Novembro Azul, que, durante esse mês, busca a conscientização da sociedade sobre as ameaças à saúde masculina, sobretudo o câncer de próstata. No período, o Tribunal também comemorou um ano de publicação da Portaria da Presidência nº 118, de 14/11/2013, que, numa ação permanente, permite o abono do registro de

ponto no dia em que os seus servidores realizarem exames para diagnóstico precoce da doença.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), que desenvolve o Novembro Azul, o intuito da campanha é conscientizar os homens sobre a doença, visando à diminuição da alta taxa de mortalidade. Em 2011, 13.129 pessoas morreram em decorrência do mal. Neste ano, as atividades do movimento compreenderam a iluminação de pontos turísticos e monumentos, palestras informati-

vas para leigos, ações em estádios, intervenções em eventos populares e pedágios em locais de grande circulação, além de um fórum no Congresso Nacional.

A estratégia da SBU é incentivar a realização de exames preventivos constantes, capazes de detectar o câncer de próstata antes do surgimento dos sintomas, que podem demorar a se manifestar. Se descoberto em estágio avançado, esse câncer pode ser fatal. A recomendação dos especialistas é que os homens procurem assistência médica a partir dos 50 anos, ou

antecipem a consulta, a partir dos 45 anos, caso apresentem maior risco, seja por terem histórico familiar ou serem da raça negra. Para o correto controle, os urologistas fazem anualmente a dosagem do PSA no soro sanguíneo e o exame digital retal. A realização apenas do exame de sangue não é segura, porque, segundo os médicos, 10 a 20% dos casos não são detectados pela dosagem de PSA. A estimativa do Instituto Nacional do Câncer (Inca) é de que 69 mil novos casos sejam diagnosticados em 2014.



Processo eletrônico de consultas é iniciado

A Presidente Adriene Andrade anunciou, durante sessão plenária do dia 19 de novembro, que o Tribunal de Contas (TCEMG) já está pronto para receber e tramitar eletronicamente as consultas encaminhadas à Corte, de acordo com as alterações no rito desta natureza processual, introduzidas pela Resolução nº 05/2014.

Leia, abaixo, a íntegra do pronunciamento.

Senhores Conselheiros,

Em 30 de abril deste ano, foi aprovada pelo Pleno a Resolução que alterou o rito das consultas neste Tribunal (Resolução nº 05/2014). No texto da mencionada norma, foi fixado o prazo de 180 dias para que fossem adotadas todas as providências e adequações necessárias ao recebimento e tramitação eletrônica da consulta.

Assim, é com grande alegria que informo que estamos prontos para iniciar o processamento em meio eletrônico dessa natureza processual, que espero ser a primeira de muitas que virão nos próximos anos. Lembro que os atos de pessoal estão passando pelo mesmo processo de mudança para o meio eletrônico, já tendo sido iniciados os testes práticos num universo restrito de 20 processos previamente selecionados.

O fluxo processual da consulta foi estudado minuciosamente e comparado com o de outros Tribunais, propostas foram feitas e re-

feitas, o normativo foi discutido e amadurecido; finalmente, a DTI, em parceria com o Escritório de Processos do Tribunal, pôde desenvolver um sistema que pudesse contemplar todas as fases do rito aprovado pela Casa.

Há outros ganhos com essa mudança: adquirimos a experiência necessária para estudar e propor alterações nos demais ritos processuais; foi desenvolvido um sistema que permitirá o recebimento em meio eletrônico de petições, defesas e respostas a diligências (normativo do e-Petição em fase de propostas de emendas – Relator: Cons. Mauri Torres); foram aperfeiçoadas diversas funcionalidades do SGAP que são requisitos básicos para todo o projeto; a pauta eletrônica ganhou impulso e está em fase de testes na Secretaria da 1ª Câmara.

Nas próximas semanas, a DTI irá promover o treinamento dos servidores e setores envolvidos no processamento das consultas, e será iniciada a campanha de esclarecimento aos jurisdicionados para que, finalmente, possamos colocar no ar o sistema - ainda em dezembro deste ano.

Essa conquista é fruto de intenso trabalho de toda a Casa e um avanço decisivo no sentido de acelerar o rito processual, ganhar em eficiência, economicidade e qualidade do trabalho, e ainda atender com mais presteza e conforto ao jurisdicionado e à sociedade como um todo.

Parabenizo a todos os envolvidos, em especial nosso Escritório de Processos, o Quali, Secretaria Geral do Pleno e a DTI.

Pleno nega recurso e mantém multa de prefeito

O Tribunal Pleno da Corte de Contas negou provimento a um Recurso Ordinário (Processo 840.300) do prefeito de Betim, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, durante sessão realizada no dia 19 de novembro. Os conselheiros entenderam que as alegações apresentadas pelo recorrente não foram capazes de alterar a deliberação do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) sobre uma Inspeção Ordinária (Processo 735.867), que encontrou irregularidades no governo municipal, no período de janeiro de 2006 a março de 2007. A Segunda Câmara do Tribunal multou o prefeito em R\$ 12 mil por irregularidades nas Tomadas de Preço 01/2006 e 23/2006, e por falhas no sistema de controle interno.

Em seu recurso, o prefeito afirmou que as falhas apuradas são erros formais “que não acarretaram prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito”. Para a defesa do político, o

TCEMG – no caso – não deveria aplicar multa e, sim, determinar as correções necessárias. Entretanto, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, relator da matéria, considerou que as irregularidades descobertas em procedimentos licitatórios não são falhas formais. Para o relator, houve grave ofensa a dispositivos da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93). “As formas e os procedimentos fixados na Lei foram determinados pelo legislador exatamente com o objetivo de garantir, em última instância, a probidade na condução dos processos de contratação. Nesse cenário, é obrigatória a observância dos dispositivos supramencionados, que não pode ser relativizada, sob pena de legitimar-se a ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, da eficiência, dentre outros”, definiu Licurgo Mourão.

Parecer do TCEMG resulta em redução de R\$ 60 bi na dívida de Minas com a União

A Presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Complementar nº 148, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2014, reduzindo os juros da dívida à taxa nominal de 7,5% a.a. para 4% a.a, no caso do Estado de Minas Gerais, e alterando o indexador de atualização monetária IGP-DI para o IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, limitados à Selic. Ainda de acordo com a nova lei, estes índices serão aplicados, nos contratos da dívida pública, reatrativamente a partir de 01 de janeiro de 2013.

A aprovação da lei é resultado dos esforços da sociedade, dos governos estaduais, legislativos estaduais, tribunais de contas e Congresso Nacional e representa um importante marco para o enfrentamento do endividamento público, uma vez que possibilita a repactuação dos encargos, permitindo o reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos de empréstimo, o que não era possível anteriormente.

O parecer prévio sobre as contas do governo de Minas de 2010, sob a relatoria do Conselheiro Sebastião Helvecio, emitido pelo Tribunal de Contas, impulsionou fortemente o processo de renegociação das dívidas dos estados e municípios brasileiros com a União. O saldo da dívida de Minas Gerais com a União, com vigência de 30 anos (até 2028), prorrogável por mais 10 anos, até 2038, saltou de R\$ 14,850 bilhões, em 1998, para R\$ 67,295 bilhões em 2013.

Os pesados encargos (IGP-DI mais juros de 7,5% a.a.) e a insuficiência dos 13% da Receita Líquida Real (RLR) para o pa-

gamento das obrigações (amortização, juros e encargos) levaram o Tribunal de Contas, em 2010, a promover estudo técnico para diagnósticos e prognósticos sobre o impacto da dívida a médio e longo prazos, o que acarretou a proposição de medidas efetivas e factíveis para a sua renegociação.

O estudo desenvolvido pelo Tribunal de Minas, parte integrante do parecer prévio/2010, é exemplo de interferência promissora do Controle Externo nas políticas públicas, pois, levado à discussão nas Assembleias Legislativas Estaduais, incrementou a mobilização política no âmbito federal, culminando na aprovação da lei que significará, somente para Minas Gerais, uma redução em valores de 2013, de R\$ 59,370 bilhões ao final do contrato em 2028, ocasião em que a dívida será quitada sem nenhum valor residual ou prorrogação contratual.

A nova lei modifica expressivamente a trajetória do endividamento de nosso Estado que, além de quitar a dívida com a União em 2028 – no cenário anterior seria possível somente em 2038 –, ficará livre do comprometimento de 13% da receita-base, hoje em torno de R\$400 milhões/mês, que poderão ser aplicados em políticas essenciais para o Estado.

Por outro lado, o reequilíbrio dos contratos permite avançarmos em propostas consistentes, visando à redução do percentual de comprometimento da RLR, o que, a curto prazo, possibilitaria um alívio nas finanças dos governos estaduais e municipais.

Tribunal aplica multas que somam R\$ 86 mil por envio de relatórios fora do prazo

O descumprimento do prazo legal para encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e do Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação, referentes às datas-bases 30/4/2014 e 30/6/2014, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), motivou a Segunda Câmara da Corte Mineira, na sessão dia 6/11, a aplicar multas no valor total de R\$ 86 mil a 17 câmaras municipais e 10 prefeituras e por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. São elas: as câmaras municipais de Barroso, Bocaina de Minas, Campo Florido, Carmópolis de Minas, Centralina, Crisólita, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dores de Guanhanês, Inconfidentes, Itamarandiba, Martinho Campos, Montalvânia, Monte Formoso, Rio Paranaíba, Setubinha e Rosário da Limeira e as prefeituras de Bom Despacho, Coqueiral, Fruta de Leite, Janaúba, Monte Formoso, Nanuque, Santa Luzia, Santana do

Jacaré, São José da Lapa e Veríssimo.

De acordo com o voto do relator, Conselheiro Mauri Torres, em relação à data-base 30/6/2014, 16 câmaras municipais deixaram de enviar o Relatório de Gestão Fiscal – RGF dentro do prazo e receberam multas no valor de R\$ 2 mil. Ainda seis prefeituras descumpriram o prazo estabelecido para o envio do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e do Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação e receberam multas no valor de R\$ 6 mil. Outras quatro prefeituras não enviaram o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e o Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação no prazo e receberam multas no valor de R\$ 4mil cada. Em relação à data-base 30/4/2014, uma câmara municipal deixou de enviar o Relatório de Gestão Fiscal – RGF e recebeu multa com o valor de R\$2 mil.

Panorama

DECISÕES DAS CÂMARAS

Concorrência para manutenção de área verde é suspensa preventivamente

A Primeira Câmara do TCEMG referendou, durante sessão do dia 18 de novembro, decisão monocrática de conselheiro suspendendo um processo licitatório no Município de Araguari, no Triângulo Mineiro, que pretende a contratação de serviços de manutenção em áreas verdes. Em análise preliminar da Representação (Processo 942.048) o Edital de Concorrência Pública nº 008/2014 da Prefeitura, a Corte de Contas reconheceu elementos suficientes que comprometeriam a lisura e a competitividade. “O risco de dano ao erário, gerado pela possibilidade da severa restrição de competitividade a impedir a melhor contratação possível, agravado pela iminência da contratação, tendo em vista que a sessão de abertura da licitação ocorreu dia 12 de novembro de 2014, configura o *periculum in mora*”, registra o relatório, em justificativa da decisão cautelar.

Tribunal suspende pregão presencial para aquisição de caminhão

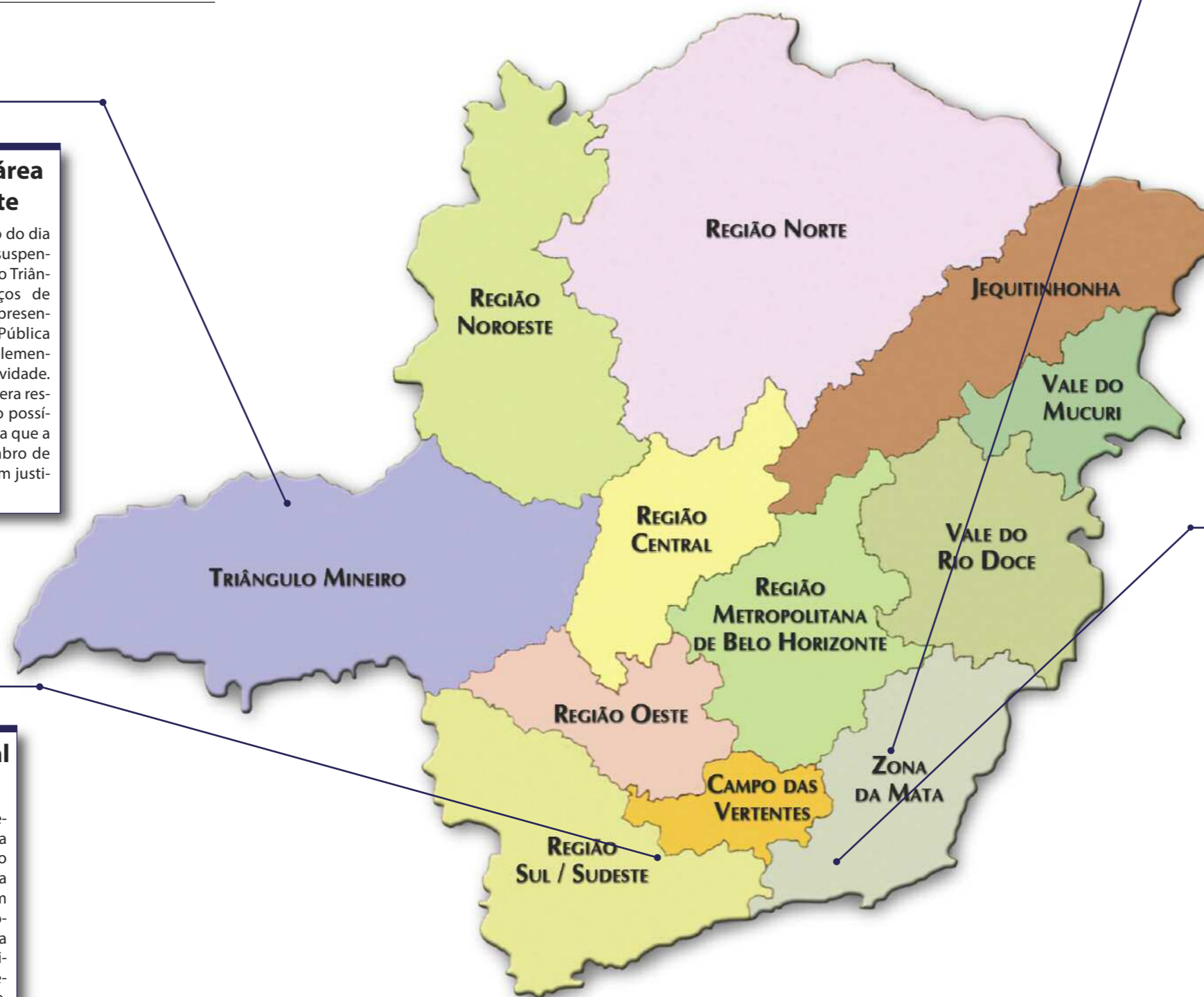
A Segunda Câmara, na sessão do dia 4/12, referendou a decisão do Conselheiro Licurgo Mourão pela manutenção da suspensão do Pregão Presencial nº 121/2014, promovido pelo município de Três Corações. O edital, denunciado por uma empresa revendedora de veículos (Processo nº 932.521) tem como objetivo a aquisição de caminhão novo, com baú isotérmico, para atender à Secretaria Municipal de Educação na distribuição de materiais e equipamentos às escolas municipais. De acordo com o relatório técnico, a exigência de apenas um modelo de caminhão, de um único fabricante, “restringe, indevidamente, a competitividade do certame”. Além disso, a área técnica constatou também a ausência de orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários, conforme determina o inciso II do § 2º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações.

Primeira Câmara suspende concurso público

A Primeira Câmara do TCEMG determinou, na sessão de terça-feira (09/12), a suspensão cautelar do Concurso Público 01/2014, promovido pela Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco para o provimento de cargos do quadro permanente de pessoal. Com base no inciso III do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, combinado com o inciso III do artigo 318 da Resolução 12/2008, também foi aplicada a multa pessoal de R\$ 5 mil ao prefeito municipal pela omissão na remessa de documentos solicitados pelo Tribunal, como a legislação que comprove a legalidade de quatro cargos ofertados pelo concurso. A decisão acompanhou o voto do relator, Conselheiro Wanderley Ávila. Após notificado, o prefeito municipal tem prazo de cinco dias para publicar a suspensão do concurso nos meios de comunicação estabelecidos pela Súmula 116 e juntar o comprovante aos autos.

Tribunal determina devolução de R\$15 mil e multa presidente de associação

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas, na sessão de 4/11, determinou a devolução de R\$ 15 mil ao erário pelo presidente da Associação *Projeto Amor e Restauração* e aplicou multa no valor de R\$ 2 mil pela omissão do dever de prestar contas do Convênio nº 291/2008, que tinha como fim específico o apoio financeiro para aquisição de gêneros alimentícios, combustível e mão de obra especializada para atendimento das internas da associação situada no Município de Juiz de Fora, Zona da Mata mineira. A instituição cuida de mulheres com dependência química. Os prejuízos foram apurados pela Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais – SEEJ-MG (Processo nº 836.067). A área técnica do Tribunal de Contas concluiu pela ocorrência de dano no valor de R\$15.274,65, por “despesas realizadas sem comprovantes fiscais ou recibos, sem emissão de cheque, sem a especificação do beneficiário e por despesas comprovadas com documentos não hábeis”. De acordo com o voto do Conselheiro Relator Mauri Torres, “os comprovantes de despesas apresentados pelo responsável não contêm a indicação da origem do recurso ou identificação do convênio a que se referem”, descumprindo o art. 27 do Decreto 43.635, de 20/10/2003, que regulamenta a celebração e prestação de contas de convênios, de natureza financeira, na execução de projetos ou realização de eventos.



Especialistas debatem proposta do governo para reformar o setor da mineração

Em discussão no parlamento brasileiro desde 2010, a proposta governamental de um novo marco regulatório da mineração, concretizada no Projeto de Lei nº 5807/2013, foi debatida por especialistas, na noite do dia 05 de novembro, por ocasião do evento mensal do Ponto de Expressão, programa promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O tema atraiu a atenção de centenas de pessoas, a maioria de estudantes universitários, que acompanharam a discussão no Auditório Vivaldi Moreira, na sede do Tribunal. O mediador foi o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, Daniel de Carvalho Guimarães.

Um dos especialistas convidados, o Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Marco Antônio Fonseca, usou grande parte do tempo de sua fala para explicar aos presentes o conteúdo do Projeto de Lei. Segundo o docente, o texto enviado pelo Executivo compreende quatro assuntos distintos, o que seria a causa do atraso no processo legislativo. O governo pretende que o Congresso aprove alterações nas regras da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM); a criação da autarquia reguladora Agência Nacional de Mineração (ANM), que assumiria muitas competências do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); a criação do Conselho Nacional de Política Mineral; e mudanças nas regras da mineração no país, sobretudo a substituição do Direito de Prioridade por um sistema de licitações e contratos com prazos. “Os artigos sobre a CFEM e a criação da agência não são polêmicos, já poderiam ter sido votados, se os assuntos tivessem sido encaminhados separadamente”, disse Fonseca.

O Presidente do Centro de Estudos Avançados em Mineração (Ceamin), Engenheiro José Mendo, iniciou sua participação lembrando a importância da mineração para a sociedade contemporânea, que, “não existe sem bens minerais à sua disposição”. Para Mendo, o Brasil não precisa de um novo marco regulatório da mi-

neração. Ele argumentou, expondo a complexidade do setor, no qual o ano mineral corresponde a 10 anos, devido aos grandes e demorados investimentos necessários antes da obtenção de resultados. “Nada é mais importante para o setor que uma regra do jogo conhecida, utilizada e já interpretada pelo Judiciário. Temos um dos melhores marcos regulatórios do mundo em vigência”, defendeu o engenheiro, se referindo ao Código de Mineração, instituído pelo Decreto-Lei 227, de 1967.

O Advogado Marciano Seabra de Godói, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), afirmou que o tema em debate é do interesse de todos os brasileiros. “As riquezas minerais do subsolo são do povo e as mineradoras devem pagar uma contrapartida do benefício econômico que têm por meio da CFEM”, explicou. O professor também esclareceu que atualmente essa obrigação – que não é um tributo – é calculada sobre o faturamento líquido, já descontadas as despesas com seguros e transporte. E que as alíquotas estão definidas por tipo de mineração, variando de 0,2 a 3%. Pela nova proposta, a base seria o faturamento bruto e as alíquotas seriam aumentadas, com possibilidade de mudança nos percentuais diretamente pelo governo. “Isso acontece num momento de queda do valor internacional do minério de ferro”, comentou Godói.

Já o Advogado Renato Braga Bicalho, Professor das Faculdades Kennedy, informou à plateia que o projeto de lei possui 59 artigos e já recebeu 372 emendas, “o suficiente para alterá-lo completamente por cinco vezes”. Quanto ao aumento de base e alíquota da CFEM, Bicalho defendeu a compensação e ressaltou a grande repercussão social sofrida por pequenos municípios que recebem, de uma vez, toda uma nova população de trabalhadores envolvidos com a mineração. Entretanto, o professor questionou se todo esse aumento na CFEM seria suportado pelo setor, sem prejudicar a produção.



O mediador foi o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, Daniel de Carvalho Guimarães

Tribunal Pleno manifesta pesar pela morte de Conselheiro Carone

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Adriene Andrade, fez um pronunciamento, durante sessão plenária do dia 19 de novembro, em homenagem ao Conselheiro aposentado Eduardo Carone Costa, falecido no dia 15 de novembro. Para a Conselheira Presidente, a pessoa do Conselheiro Carone se confundia com o próprio Tribunal, tamanha longevidade de seu trabalho na Casa. “Carone dava ao Tribunal a imagem de sua ética e moralidade”, comentou Adriene Andrade. O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, Daniel de Carvalho Guimarães, aderiu à homenagem, em nome do MP. A manifestação foi iniciada pelo Conselheiro José Alves Viana, que numa moção de pesar pelo falecimento do Conselheiro, reconheceu sua vida e trabalho pela Corte de Contas. “Durante muitos anos ele frequentou este plenário, vivendo mais tempo neste Tribunal do que em sua própria residência”, destacou Viana.

Já na sessão do dia 18 de novembro, a Primeira Câmara do TCEMG acolheu a manifestação proferida pelo Conselheiro Substituto Hamilton Coelho como homenagem daquele colegiado ao Conselheiro falecido. Em seu discurso, Hamilton Coelho destacou a precocidade de Eduardo Carone por assumir importantes responsabilidades no Tribunal ainda na juventude. E ressaltou seu rigor, traduzido como precisão, apego à técnica e busca da perfeição.

No dia do falecimento, conselheiros, conselheiros substitutos, procuradores e servidores do TCEMG lamentaram a morte do ex-presidente da Casa. A carreira pública do Conselheiro Carone contou 50 anos de serviços prestados ao Tribunal, como servidor, auditor e conselheiro. Ele presidiu a Corte de Contas no biênio 2005-2006 e estava aposentado desde 2013.

Vida pública

Em 1962, aos 17 anos, Eduardo Carone Costa ingressou no quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, chegando a exercer, posteriormente, a função de chefe de gabinete do presidente. Em maio de 1970, preencheu, por substituição, o cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas. A sete de julho do mesmo ano, foi promovido a Auditor Substituto, cargo que ocupou durante 14 anos consecutivos. Em novembro de 1984, tornou-se Auditor efetivo do Tribunal, cargo hoje denominado Conselheiro Substituto.

No dia 6 de dezembro de 1999, Eduardo Carone Costa foi nomeado conselheiro do TCEMG pelo Governador Itamar Franco, a partir de uma lista tríplice composta por auditores do



O Cenáculo de Oração ficou lotado, durante a Missa de Sétimo Dia da morte do Conselheiro Carone, realizada no dia 21 de novembro

órgão, de acordo com as determinações do artigo 77 da Constituição Mineira de 1989. Foi eleito corregedor para o período de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2003 e vice-presidente para o período de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2005. No dia 2 de fevereiro de 2005 assumiu a Presidência do Tribunal e foi reeleito para o exercício de 2006.

Biografia pessoal

Eduardo Carone Costa nasceu em Visconde do Rio Branco a 20 de janeiro de 1945, filho de Aloyzio Alves da Costa e Mathilde Carone Costa.

Iniciou seus estudos em sua terra natal e, em 1954, transferiu-se para o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte. Concluiu o curso secundário no Colégio Marconi e, em 1969, bacharelou-se pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Em 1974 formou-se em Administração de Empresas pela UNA (União de Negócios e Administração).

Casou-se, a 19 de março de 1971, com a professora Lúcia Maria Bovendorp Costa, já falecida, com quem teve o filho Eduardo Carone Costa Júnior, que também atuou no TCEMG e foi seu chefe de gabinete.

O pai do Conselheiro Eduardo Carone Costa, Conselheiro Aloyzio Alves da Costa, também teve extensa carreira no TCEMG, tendo ocupado a presidência por cinco vezes, nos anos de 1959, 1963, 1964, 1978 e 1979. Aloyzio também foi deputado estadual constituinte (1947-51) e secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, nomeado por Juscelino Kubitschek.

Gestão da Conselheira Adriene Andrade é elogiada em sessão que elegeu novo presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio vai dirigir o TCE no próximo biênio

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) elegeu, no dia 10 de dezembro, por unanimidade, o Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro para exercer a Presidência no biênio 2015-2016. Sebastião Helvecio terá como Vice o Conselheiro Cláudio Couto Terrão e como Corregedor o Conselheiro Mauri José Torres Duarte, também eleitos por unanimidade. Ainda na mesma Sessão Plenária, o Conselheiro José Alves Viana foi designado Ouvidor da Corte de Contas mineira.

O novo Presidente do TCEMG foi nomeado Conselheiro pelo Governador Aécio Neves, no ano de 2009, na vaga deixada pelo falecido Conselheiro Simão Pedro Toledo. Sebastião Helvecio é médico pediatra, bacharel em Direito, especialista em Controle Externo, doutor em Saúde Coletiva e possui extensa carreira política. Foi Vice-Prefeito de Juiz de Fora, Secretário de Estado de Saúde e Deputado Estadual constituinte. Exerceu outras cinco legislaturas na Assembleia de Minas. No TCEMG, já foi Corregedor e, atualmente, é Vice-Presidente.

Além de ter sido signatário da Constituição Mineira de 1989, a Constituição Compromisso, como Secretário de Saúde, Sebastião Helvecio foi o responsável pela criação do

primeiro banco público de sangue do país, o Hemominas, concedendo à população acesso gratuito a transfusões de sangue com qualidade. No TCEMG, coordenou o estudo sobre a dívida do Estado de Minas com a União e seu parecer, no Balanço Geral do Estado de 2010, tornou-se fonte para a lei que reduziu os juros das dívidas dos estados e municípios, sancionada no mês passado.

O Vice-Presidente eleito, Cláudio Couto Terrão, é proveniente do quadro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado. Graduou-se em Ciência da Computação e em Direito. Dentre outros, exerceu os cargos de Auditor Fiscal, Procurador do INSS, Procurador Federal, Procurador do Ministério Público junto ao TCM de Goiás e ao TCE de Minas. Foi nomeado Conselheiro em 2010, pelo Governador Anastasia.

O Corregedor Mauri Torres foi Deputado Estadual por seis legislaturas e Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por dois mandatos consecutivos. O novo Ouvidor José Alves Viana é médico, especialista em Controle Externo, foi vereador e prefeito em Curvelo, deputado estadual por três legislaturas e exerceu a Presidência da ALMG.



Procuradora Elke Andrade, conselheiros Gilberto Diniz, José Viana, Mauri Torres, Presidente eleito Sebastião Helvecio, Presidente Adriene Andrade, Cláudio Terrão, Wanderley Ávila, e Procuradora Cristina Melo



Em última sessão como Presidente, a Conselheira Adriene Andrade apura os votos que elegeram Sebastião Helvecio, Cláudio Terrão e Mauri Torres



Homenagens

A Presidente Adriene Andrade disse estar honrada e orgulhosa por proclamar o resultado das eleições. A Conselheira parabenizou os novos dirigentes da Corte mineira e acrescentou que o novo Presidente terá a equipe perfeita com seu Vice e o Corregedor. Adriene garantiu que o Conselheiro Sebastião Helvecio trará novos rumos para o Tribunal, pelo seu caráter inovador e por simbolizar a sabedoria do povo mineiro, "além de ser um homem público moderno e desenvolvimentista".

Os conselheiros prestaram homenagens a Adriene Andrade, na sua última sessão ordinária como Presidente. Wanderley Ávila destacou a sua gestão como "humanista, delicada e forte ao mesmo tempo, com disposição no fortalecimento dos servidores e investimento na Tecnologia da Informação, transparência e comunicação com a sociedade".

Sebastião Helvecio agradeceu a confiança dos pares em elegê-lo e definiu a administração de Adriene Andrade como uma luz a ser seguida. Citou o poeta Carlos Drummond de Andrade para ilustrar a importância de seu legado: "as coisas tangíveis tornam-se insensíveis à palma da mão. Mas as coisas finas, muito mais que lindas, essas ficarão".

Cláudio Terrão ressaltou a humildade da Presidente Adriene Andrade ao conduzir o Tribunal de Contas e também agradeceu o apoio dos pares em sua eleição. Mauri Torres também manifestou sua admiração pela administração da Conselheira e desejou uma gestão profícua ao novo

Presidente e seu Vice. José Alves Viana cumprimentou a Presidente e disse que as manifestações dos colegas de plenário eram concretos reconhecimentos pela excelência de sua gestão. Gilberto Diniz ressaltou também o toque feminino, a firmeza e o equilíbrio da primeira mulher a presidir a Corte de Contas.

A Procuradora do MP de Contas, Elke Andrade, associou-se às homenagens dirigidas à Presidente e disse que, como servidora de carreira, é prova de que o Tribunal de Contas passou por grandes transformações nos últimos anos.

Composição das câmaras

Os conselheiros deliberaram, ainda, a composição das câmaras do Tribunal para o próximo biênio. A Conselheira Adriene Andrade presidirá a Primeira Câmara, formada também pelos conselheiros Mauri Torres, Licurgo Mourão e Hamilton Coelho (substituto). A Segunda Câmara será presidida pelo Conselheiro Wanderley Ávila e composta pelos conselheiros José Alves Viana, Gilberto Diniz e Licurgo Mourão (substituto).

Contas do Governador 2015

A Presidente Adriene Andrade anunciou também o resultado do sorteio, conforme Regime Interno, para a relatoria das Contas do Governador referentes ao exercício de 2015. Wanderley Ávila será o relator do Balanço Geral do Estado e, Adriene Andrade, a revisora.

Extrapauta

Conselheira Adriene Andrade recebe Colar do Mérito Judiciário Militar



A Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, foi agraciada, no dia 13/11, com o Colar do Mérito Judiciário Militar, concedido pelo Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais – TJMMG. A solenidade, realizada no salão Topázio do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, integrou as comemorações do 77º aniversário da Justiça Militar do Estado. O chanceler da medalha e Presidente do TJMMG, Juiz Coronel PM Sócrates Edgard dos Anjos, conduziu a cerimônia, assinalando que o Colar do Mérito Judiciário Militar, instituído pela Resolução 62/2007, homenageia magistrados do próprio tribunal e pessoas físicas ou jurídicas que prestaram relevantes serviços à Justiça Militar de Minas ou à sociedade.



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

 **Canais de Atendimento**

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

Conselheiros participam da Assembleia Geral da Olacefs no Peru

Foi aberta, no dia 25 de novembro, na cidade de Cusco, no Peru, a XXIV Assembleia Geral da Organização Latino Americana e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs). A cerimônia de início dos trabalhos foi dirigida pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Olacefs, Ministro Augusto Nardes, com a presença do Presidente peruano, Ollanta Humala, e do Controlador-Geral da República do Peru, Fuad Khoury Zarzar.

Do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), participaram do evento da Olacefs os conselheiros Sebastião Helvecio e Wanderley Ávila, e o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão. No primeiro dia, a assembleia promoveu uma mesa-redonda com o tema “Governança e luta contra a corrupção”, com a participação do Conselheiro Wanderley Ávila e outros nove conselheiros de tribunais de contas brasileiros.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br